

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.914 - SP (2019/0300386-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA
ADVOGADO : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA - SP164433
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO BRAZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO BRAZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 9000017-54.2019.8.26.0344).

Consta dos autos que o Juiz da execução concedeu ao paciente progressão ao regime semiaberto.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. O Tribunal, então, deu provimento ao recurso para que o paciente retorne ao regime fechado a fim de realizar o exame criminológico completo, inclusive com avaliação psiquiátrica (e-STJ fls. 8/13):

Agravo em Execução. Insurgência ministerial. Regime semiaberto. Benefício concedido sem a realização de exame criminológico por equipe multidisciplinar completa, incluindo médico psiquiatra. Sentenciado que cumpre longa pena pela prática de latrocínio e que registra falta disciplinar grave seu prontuário. Circunstâncias que, em princípio, evidenciam que o apenado não se encontra devidamente preparado para usufruir de condições mais amenas, sendo temerária sua progressão ao regime semiaberto, em que a vigilância é sabidamente menor, com risco de evasão e retorno à delinquência. Recurso provido, determinando-se a recondução do sentenciado ao regime fechado, até que reúna méritos pessoais, devidamente aferidos por exames periciais realizados por equipe multidisciplinar completa, incluindo médico psiquiatra, que o habilitem a progredir.

Nesta impetração, a Defensoria Pública alega que a decisão do tribunal não foi fundamentada de maneira concreta. Argumenta que foi

Superior Tribunal de Justiça

determinada a realização do exame criminológico sem que haja fundamentação inidônea, visto que seria uma afronta ao princípio da legalidade, pois estaria sendo exigido a realização de um exame que não está previsto em Lei.

Ressaltou que o paciente possui bom comportamento carcerário, exame criminológico favorável e cumpriu o requisito objetivo necessário, não justificando a realização de novo exame criminológico, com médico psiquiatra.

Diante disso, pretende, em liminar e no mérito, o restabelecimento da decisão primeva, que promovera o paciente ao regime semiaberto sem a realização do exame criminológico.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Segundo o Tribunal, o apenado cometeu uma falta disciplinar grave durante o cumprimento da pena, conforme registrado em seu prontuário, demonstrando, assim, a necessidade de uma melhor avaliação, ao menos nesta fase preliminar do processo. Além disso, o laudo que foi realizado é incompleto e insatisfatório e não dá suporte para se afirmar o pretendido abrandamento prisional.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

